



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SAMUEL DUARTE LÍBIO

SATISFAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO À
ACESSIBILIDADE: ESTUDO DE CASO NO CAMPUS DA FEAAC.

FORTALEZA

2022

SAMUEL DUARTE LÍBIO

SATISFAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO À
ACESSIBILIDADE: ESTUDO DE CASO NO CAMPUS DA FEAAC.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Ceará como requisito para a obtenção do
título de bacharel em Economia.
Orientadora: Prof (a). Dra. Sandra Maria
dos Santos

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L664s Líbio, Samuel Duarte.

Satisfação dos alunos com deficiência em relação à acessibilidade:
estudo de caso no Campus da FEAAC / Samuel Duarte Líbio. – 2022.
61 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências
Econômicas, Fortaleza, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Sandra Maria dos Santos.

1. Acessibilidade. 2. Satisfação. I. Título.

CDD 330

SAMUEL DUARTE LÍBIO

SATISFAÇÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO À
ACESSIBILIDADE: ESTUDO DE CASO NO CAMPUS DA FEAAC.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Ceará como requisito para a obtenção do
título de bacharel em Economia.

Orientadora: Prof(a). Dra. Sandra Maria
dos Santos

Aprovada em: 01/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr. Sandra Maria dos Santos (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Augusto César de Aquino Cabral
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Me. Lizy Manayra Santos Oliveira
Universidade Estadual do Ceará (UFC)

A Deus.

AGRADECIMENTOS

A Prof(a). Dra. Sandra Maria dos Santos, pela excelente orientação.

Aos professores participantes da banca examinadora Prof. Dr. Augusto César de Aquino Cabral e Me. Lizy Manayra Santos Oliveira pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos colegas entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas.

RESUMO

Os movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência tiveram avanços significativos na tentativa de assegurar os direitos dessa parcela da população marginalizada através de Leis, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), buscando não somente inserir esses indivíduos na sociedade mais também incluí-los em todas as esferas da sociedade, objetivando eliminar o máximo possível as barreiras de acesso destes cidadãos para que possam assim usufruir de sua liberdade e tomar suas decisões ótimas de utilidade. Com o aumento do ingresso de pessoas com deficiência em ambiente universitário, a acessibilidade proporcionada passou a ser colocada à prova. Sendo assim, torna-se necessário entender se esses alunos se encontram satisfeitos e se encontram barreiras dentro do ambiente acadêmico. O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a satisfação com a acessibilidade dos alunos com deficiência que estudam na FEAAC/UFC. Tendo em vista as diferentes dimensões de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, atitudinal, metodológica, instrumental e programática) e como sua permanência no curso está sendo impactada por elas. A pesquisa é de natureza descritiva, documental e qualitativa e faz uso do método estudo de caso. A coleta de dados foi de dados primários e secundários, sendo os sujeitos da pesquisa, os alunos com deficiência do campus FEAAC/UFC. Essas informações foram coletadas por meio de entrevistas com perguntas adaptadas do questionário de Guerreiro (2011), Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência - ESA. Os principais resultados evidenciam que as dificuldades causadas pela inexistência de rampas e elevadores como ponto de principal dificultador na acessibilidade na FEAAC. Destacaram também que a dimensão comunicacional foi de forma unânime elogiada pelos entrevistados. bem como, o comprometimento dos professores no atendimento das demandas específicas para acompanhamento das aulas. Outro ponto salientado pelos entrevistados foi que as experiências educacionais anteriores ao ingresso têm uma influência considerável nas expectativas iniciais dos estudantes e essa mesma expectativa implica na continuação do curso.

Palavras-chave: Satisfação. Acessibilidade. Alunos com deficiência. Inclusão Social.

RESUMEN

Los movimientos que luchan por los derechos de las personas con discapacidad han logrado avances significativos en el intento de garantizar los derechos de esta parte de la población marginada a través de Leyes, como la Ley brasileña de Inclusión de Personas con Discapacidad (BRASIL, 2015), buscando no solo insertar a estos individuos en la sociedad pero también incluirlos en todas las esferas de la sociedad, buscando eliminar en lo posible las barreras de acceso de estos ciudadanos para que puedan disfrutar de su libertad y tomar sus decisiones óptimas de utilidad. Con el aumento del número de personas con discapacidad en el ámbito universitario, se puso a prueba la accesibilidad proporcionada. Siendo así, se hace necesario comprender si estos estudiantes están satisfechos y encuentran barreras dentro del ambiente académico. Este trabajo tiene como objetivo general analizar la satisfacción con la accesibilidad de los estudiantes con discapacidad que estudian en la institución FEAAC/UFC, considerando las diferentes dimensiones de la accesibilidad (arquitectónica, comunicacional, actitudinal, metodológica, instrumental y programática) y cómo su permanencia en el curso está siendo impactada por ellos. La investigación es descriptiva, documental y cualitativa y hace uso del método de estudio de caso. La recolección de datos consistió en datos primarios y secundarios, y los sujetos de la investigación fueron estudiantes con discapacidad del campus de la institución FEAAC/UFC. Esta información fue recolectada a través de entrevistas con preguntas adaptadas del cuestionario de Guerreiro (2011), Escala de Satisfacción y Actitudes de Personas con Discapacidad - ESA. Los principales resultados muestran que las dificultades ocasionadas por la falta de rampas y ascensores son el principal obstáculo para la accesibilidad en la institución FEAAC. También destacaron que la dimensión comunicacional fue elogiada unánimemente por los entrevistados. Así como el compromiso de los docentes en el cumplimiento de las demandas específicas para el seguimiento de las clases. Otro punto destacado por los entrevistados fue que las experiencias educativas previas al ingreso tienen una influencia considerable en las expectativas iniciales de los estudiantes y esta misma expectativa implica la continuación del curso.

Palabras clave: Satisfacción. Accesibilidad. Estudiantes discapacitados. Inclusión Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Expectativas antes de ingressar na universidade	49
Figura 2 – Satisfação com infraestrutura	51
Figura 3 – Satisfação com comunicação/informação	53
Figura 4 – Satisfação com apoio em aulas e eventos	54
Figura 5 – Influência da acessibilidade no êxito acadêmico	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de alunos por tipo de deficiência na UFC	45
Gráfico 2 – Quantidade de alunos por tipo de deficiência na FEAAC	46
Gráfico 3 – Evolução do número de alunos com deficiência na UFC/FEAAC...	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição de deficiência dada pelo decreto Nº 5.296	22
Quadro 2 - Ações para eliminação de barreiras de acesso	27
Quadro 3 – Estudos empíricos sobre acessibilidade em ambiente de ES.....	29
Quadro 4 – Atuação da secretaria de acessibilidade UFC	33
Quadro 5 – Eixos de atuação da Secretaria de Acessibilidade/ UFC	35
Quadro 6 – Definição de cada categoria de deficiência	36
Quadro 7 – Divisões de atuação para minimização de barreiras	37
Quadro 8 – Perfil dos alunos com deficiência, participantes da pesquisa.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
ESA	Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência
FEAAC	Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
IES	Instituição de Ensino Superior
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA INCLUSÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL	17
2.1	Breve contextualização sobre políticas públicas	17
2.2	Inclusão social	18
2.2.1	<i>Inclusão</i>	19
2.2.2	<i>Tipos de deficiência</i>	22
2.3	Políticas públicas no Brasil para a pessoa com deficiência	23
3	ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	26
3.1	Acessibilidade.....	26
3.2	Tecnologia assistiva	31
3.3	Política da UFC em relação à acessibilidade	33
4	AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO	39
4.1	Conceitos de satisfação	39
4.2	Abordagem de Guerreiro (2011) sobre satisfação da pessoa com deficiência em relação à acessibilidade	41
5	ASPECTOS METODOLÓGICOS	42
5.1	Tipologia	42
5.2	Coleta de dados análise dos dados	42
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	45
6.1	Perfil dos alunos com deficiência UFC	45
6.2	Satisfação dos alunos com deficiência da FEAAC em relação à	

	acessibilidade.....	48
6.2.1	<i>Expectativas</i>	48
6.2.2	<i>Arquitetônica</i>	50
6.2.3	<i>Acesso à informação e comunicação</i>	52
6.2.4	<i>Condições de apoio a aula e eventos</i>	54
6.2.5	<i>Influência das condições de acessibilidade no êxito acadêmico ...</i>	55
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	59
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	63

1 INTRODUÇÃO

A busca por entender o comportamento e a satisfação dos agentes econômicos é uma das preocupações das ciências econômicas, alcançar um estado de bem-estar social e entender como os indivíduos agem para maximizar suas utilidades, foram foco de estudo para economistas de renome como Vilfredo Pareto(1996), autores como Amartya Sen(1999) defendem que além de buscar maximizar seu bem-estar os indivíduos agem através de princípios levando em conta a sociedade a qual pertencem e que cada indivíduo possui sua visão de mundo e por consequência, segundo Varian(2006), sua função de utilidade particular e diferente das dos demais agentes.

O modelo teórico de Sasaki (2009) discute a questão da acessibilidade em múltiplas dimensões: arquitetônica (falta de rampas, elevadores etc), comunicacionais (ledor, intérprete de LIBRAS), atitudinais(preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações), metodológicas(métodos e técnicas de ensino), instrumental(livros em Braille, materiais de ajuda na escrita e no uso de computadores etc) e programáticas(barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc).

Guerreiro (2011), com base na proposta de Sasaki (2009), elaborou um trabalho sobre a satisfação no contexto da acessibilidade, e deixa claro que a amplitude da satisfação em relação à acessibilidade vai além de somente análise desempenho acadêmico, abarcando todas as áreas que competem ao convívio em sociedade.

Os movimentos de luta pelos direitos das pessoas com deficiência tiveram avanços significativos na tentativa de assegurar os direitos dessa parcela da população marginalizada através de Leis, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), buscando não somente inserir esses indivíduos na sociedade mais também incluí-los em todas as esferas da sociedade, objetivando eliminar o máximo possível as barreiras de acesso destes cidadãos para que possam assim usufruir de sua liberdade e tomar suas decisões ótimas de utilidade

Por mais que muitos direitos tenham sido conquistados e assegurados na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), se faz necessário observar se na prática estão sendo aplicados de forma que venham a satisfazer os principais

interessados. Sabendo que algumas dessas barreiras como as barreiras atitudinais possam ser difíceis de serem mensuradas, para verificação torna-se necessário saber das próprias pessoas com algum tipo de deficiência como elas percebem a forma que seus direitos estão sendo fornecidos.

O aumento de alunos com deficiência que ingressam em ambiente universitário após a Lei de Cotas ser sancionada em 29 de agosto de 2011, aumentou consideravelmente e na Universidade Federal do Ceará não foi diferente, como mostram os censos estudantis realizados pela própria IES, por consequência o número de pessoas afetadas por barreiras de acessibilidade também cresceu.

Diante deste cenário, tem-se como questão de pesquisa do estudo: qual a percepção da satisfação com a acessibilidade dos alunos com deficiência na FEAAC?

Este trabalho tem como objetivo geral, analisar a satisfação com a acessibilidade dos alunos com deficiência que estudam na FEAAC/UFC.

Tem-se assim como objetivos específicos: a) verificar as expectativas a respeito da acessibilidade que os alunos possuíam antes de ingressar na universidade; b) analisar a satisfação dos alunos com deficiência sobre a acessibilidade do ambiente arquitetônico da FEAAC; c) analisar a acessibilidade comunicacional dos alunos com deficiência com os demais agentes dentro da Universidade; d) apresentar a satisfação dos alunos com deficiência com a metodologia e instrumentos oferecidos pela IES; e) observar como as barreiras encontradas afetam o êxito desses estudantes de acordo com a opinião dos mesmos.

Sendo relevante que os alunos com deficiência diretamente afetados pelas condições de acessibilidade deem seu parecer para a instituição de ensino superior para que as ações sejam tomadas de forma mais eficiente e mantenham esses alunos dentro da universidade, para assim seguirem suas carreiras acadêmicas e profissionais, buscando sua plena inclusão e independência social.

A pesquisa é de natureza descritiva, qualitativa e faz uso do método estudo de caso. A coleta de dados foi de dados primários e secundários, sendo os sujeitos da pesquisa, os alunos com deficiência do campus FEAAC/UFC. Essas informações foram coletadas por meio de entrevistas com perguntas adaptadas do questionário de Guerreiro (2011), Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência – ESA

O trabalho foi dividido em 7 seções, a primeira corresponde à Introdução, a segunda seção discorre a respeito de políticas públicas voltadas à inclusão e educação especial. Na seção três, se contextualiza sobre um tema-chave deste trabalho, a acessibilidade e ações da Universidade Federal do Ceará para a promoção de acesso. Na seção quatro, é exposta a fundamentação teórica da avaliação de satisfação utilizada neste trabalho. Na seção cinco é apresentada a metodologia, descrevendo-se a tipologia da pesquisa e os procedimentos da coleta e análise de dados. A seguir na seção seis, tem-se a análise dos resultados e na última seção, as considerações finais do trabalho.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA INCLUSÃO SOCIAL OU EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nessa seção se discute a definição de políticas públicas, quem é responsável por desenvolvê-las, qual a autonomia do estado para aplicá-las e qual a influência da sociedade para a decisão de quais ações devem ser tomadas e para quem as políticas serão destinadas.

2.1 Breve contextualização sobre políticas públicas

Buscando atender as necessidades sociais, que devem ser alcançadas conciliando recursos limitados com necessidades ilimitadas, as ciências econômicas assumiram o papel de estudar esse impasse,

A Economia é a ciência social que estuda como a sociedade deve utilizar os recursos produtivos, que são escassos, na produção de bens de serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas (CARVALHO, 2012, p. 373).

O princípio de paternalismo presente na obra, *On Liberty*, de J. S. Mill, entretanto, deixa claro que o Estado deve intervir nas ações individuais quando essas forem causar mal ao próprio indivíduo ou a terceiros, esta intervenção deve vir primeiramente com objetivo de alertar, informar e somente agir de forma mais enfática mediante consentimento do agente ou em casos nos quais o indivíduo não possui controle racional de suas ações e/ou possui informações incompletas para a tomada de decisão. (MILL, 2005)

Contrária a esta limitação de intervenção estatal presente em Mill (2005), existe uma vertente da economia chamada de Estado de bem-estar social que visa através de políticas públicas implantadas pelo estado influenciar de forma direta na melhora de condição de vida em sociedade. Segundo Souza (2006, p. 26), política pública é definida da seguinte forma:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Sousa (2003, p. 14), entende que política pública é campo de atuação de várias disciplinas sem que essas diferentes áreas atrapalhem na formação deste campo de ação, pelo contrário, estas vertentes de estudos após implantação servem de observadoras dos impactos de cada política.

Sendo assim, embora o estado tenha autonomia nas decisões de quais políticas e como elas devem ser implantadas a sociedade tem o poder de influenciar nessas tomadas de decisão:

No processo de definição de políticas públicas, sociedades e Estados complexos como os constituídos no mundo moderno estão mais próximos da perspectiva teórica daqueles que defendem que existe uma "autonomia relativa do Estado", o que faz com que o mesmo tenha um espaço próprio de atuação, embora permeável a influências externas e interna (EVANS, RUESCHMEYER E SKOCPOL, SOUZA, 2006, p. 27).

Pode-se então perceber que as políticas públicas por mais que sejam idealizadas para a sociedade, não é ela que está diretamente e individualmente envolvida na sua elaboração e sim atores escolhidos por ela através de votação ou cabendo aos indivíduos se organizarem baseados em interesses em comum e juntos buscarem ser ouvidos e informarem as demandas que mais impactam no seu bem-estar.

2.2 Inclusão social educação especial

Nesta subseção, são apresentados conceitos importantes para o entendimento de termos considerados relevantes pela literatura focada na inclusão social. Começa do entendimento de Inclusão social defendido por autores como Sassaki (2006), indo para compreensões de deficiência e suas classificações utilizadas e adotadas pelo IBGE e determinadas por decreto Federal, dando sequência é apresentado o conceito de acessibilidade e sua importância para a inclusão de deficientes em todas as esferas sociais, sendo complementada por definição de uma ferramenta de inclusão chamada de tecnologia assistiva.

2.2.1 Inclusão

Anteriormente à virada do século 20 para o 21, período em que o termo inclusão social passou a ser utilizado, as decisões tomadas a respeito das pessoas com deficiência eram guiadas pelo conceito de integração social, que embora à primeira vista pareça representar a mesma ideia, na prática tem efeitos distintos na sociedade. Como afirma Sassaki (2006, p.27), é necessário entender os conceitos para depois compreender como seus usos podem afetar o rumo que as ações governamentais e institucionais seguirão:

Os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais. Eles moldam nossas ações. E nos permitem analisar nossos programas, serviços e políticas sociais, pois os conceitos acompanham a evolução de certos valores éticos, como aqueles em torno da pessoa com deficiência.

Sendo de suma importância entender os termos (integração e inclusão social) e assim compreender por que um foi aos poucos sendo substituído pelo outro. Para entender a terminologia de integração social é necessário saber que seu conceito foi fundamentado a partir do Modelo médico da deficiência que via a deficiência como uma condição que tornava a pessoa incapaz de exercer sua cidadania.

Baseada em um modelo médico, a deficiência era vista como uma doença crônica e o deficiente como um ser inválido e incapaz, que pouco poderia contribuir para a sociedade, devendo ficar ao cuidado das famílias ou internado em instituições “protegidas”, segregado do resto da população (GLAT, 1995, p.11).

Modelo esse apontado por Sassaki (2006) como um dos motivos para a dificuldade de inserção desse grupo de forma plena na sociedade:

O modelo médico da deficiência tem sido responsável em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência e/ou de outras condições atípicas para que estas possam, aí sim, buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (SASSAKI, 2007, p. 29).

Acabam assim estigmatizando e tornando um pensamento disseminado que uma pessoa com deficiência não seria capaz de contribuir de forma positiva para a comunidade a qual fosse inserida (GLAT,1995):

Partindo dessa perspectiva, a segregação do deficiente é entendida em termos da sua não-produtividade: por não contribuírem economicamente com o sistema eles são marginalizados e reduzidos à categoria de cidadãos de segunda classe ou seres humanos inferiores (GLAT, 1995, p. 16).

A integração é exposta em Glat (1995) de três maneiras, a que propicia um ambiente acolhedor, porém a parte da sociedade dita normal, a que tentava inserir pessoas com deficiência na sociedade sem, no entanto, colocar a cargo da sociedade como um todo a responsabilidade de proporcionar a minimização ou eliminação de barreiras ao pleno exercício da cidadania, deixando cada indivíduo tentar superar as dificuldades que o próprio meio cria e não tenta solucionar. Por fim a que os coloca em sistemas comuns à sociedade dita normal porém em ambientes segregados como, por exemplo, uma turma especial em uma escola.

A inclusão social por sua vez, reconhece a importância que a integração teve na tentativa de ajudar na inserção da população marginalizada, os deficientes incluídos, porém a abordagem que era utilizada já não fazia sentido e não estava tendo os resultados esperados. A principal diferença que se pode notar entre a integração e inclusão é que esta última se vale de um outro modelo para fundamentar suas ações, o Modelo social da deficiência. “Se para o modelo médico o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um ideal de sujeito produtivo”. (DINIZ, 2012, p.20)

Seguindo este raciocínio a autora ainda complementa com a ideia que relaciona deficiência às suas causas em cada modelo, no modelo médico a lesão do indivíduo causava a deficiência o impossibilitando de exercer sua cidadania. Já no modelo social é entendido que a forma como a sociedade foi construída e as atitudes em relação às diferenças ditas “opressivas” levam as pessoas com lesão a vivenciarem a deficiência.

Pode-se perceber que Sasaki (2006) corrobora com essa linha de pensamento indicando que no Modelo social da deficiência a sociedade é

encarregada junto a pessoa com deficiência no processo de inclusão, primeiramente percebendo os aspectos presentes em seu meio que causam incapacidades e/ou desvantagens aos deficientes para juntos superá-los, aspectos esses listados pelo autor:

- Seus ambientes restritivos;
- Suas políticas discriminatórias e suas atitudes preconceituosas que rejeitam a minoria e todas as formas de diferenças;
- Seus discutíveis padrões de normalidade;
- Seus objetos e outros bens inacessíveis do ponto de vista físico;
- Seus pré-requisitos atingíveis apenas pela maioria supostamente homogênea;
- Sua quase total desinformação sobre deficiências e sobre direitos das pessoas que têm essas deficiências;
- Suas práticas discriminatórias em muitos setores da atividade humana (SASSAKI, 2006, p. 45)

Para Clemente Filho (1985, p. 21-22) cabe à sociedade como um todo se ajustar às necessidades de seus cidadãos e não o contrário, e as ações governamentais devem ser solidárias com a comunidade, despida de todo o vestígio de imposições e ignorância. Assim sendo, Diniz (2012, p. 44) grifa a importância da proximidade que as ações devem ter com os indivíduos para assim compreender a partir da visão de quem será afetado diretamente, as reais necessidades que precisam ser supridas para propiciar uma vida mais digna.

A inclusão social veio então, como se pode observar em Sassaki(2006), para estreitar a relação entre sociedade e indivíduos marginalizados, para que juntos possam trabalhar na promoção de uma sociedade mais igualitária, porém sempre tendo os indivíduos estigmatizados como voz ativa na tomada de decisão, ação essa que se torna possível através do empoderamento dessas pessoas pois utilizando desta ferramenta o indivíduo pode reconhecer as amarras que o prendem e assim reverter este cenário.

2.2.2 Tipos de deficiência

No decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, em seu art. 1 (BRASIL,2009),

a pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, partindo do mesmo princípio da visão de deficiência do Modelo social da Deficiência Paul Hunt (1966), esses impedimentos se tornam uma deficiência quando o indivíduo interage com as barreiras presentes na sociedade, podendo tornar sua inclusão plena na comunidade diferente do restante da população.

No Brasil, segundo o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de vinte e quatro por cento da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, esse valor corresponde a pouco menos de 46 milhões de pessoas e as classificações usadas foram: deficiência visual, auditiva, motora e mental/intelectual. No decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004 art.5, §1 inciso 1, pode ser observado as seguintes definições para cada uma dessas categorias:

Quadro 1 – Definição de deficiência dada pelo decreto Nº 5.296.

Categorias	Definições
Deficiência física	Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
Deficiência auditiva	perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz;

(continuação)

Categorias	Definições
Deficiência visual	Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;
Deficiência mental	funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: I. comunicação; II. cuidado pessoal; III. habilidades sociais; IV. utilização dos recursos da comunidade; V. saúde e segurança; VI. habilidades acadêmicas; VII. lazer e VIII. trabalho;
Deficiência múltipla	Associação de duas ou mais deficiências;

Fonte: BRASIL(2004)

Dessa forma, que por mais que para a inclusão na sociedade o Modelo social da deficiência venha sendo mais utilizado tanto por autores como Sassaki (2009), como por políticas de inclusão, o Modelo médico ainda possui influência pois é por métodos clínicos que se pode definir as condições de saúde.

2.3 Políticas públicas no Brasil para a pessoa com deficiência

As políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência têm como carro chefe a Lei brasileira de Inclusão (LBI), também denominada Estatuto da

Pessoa com deficiência, ela tem objetivos voltados a “... a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (BRASIL, 2015).

Iniciativas como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pautado nas premissas desta lei, através de uma rede de Unidades públicas promove assistência a diversos grupos que se encontram vulneráveis socialmente sendo as pessoas com deficiência um dos grupos assistidos. o Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência é uma dessas unidades que tem foco em jovens e adultos com deficiência que dependem de terceiros para realizar atividades do cotidiano e suas famílias visando ajudar o no convívio entre a pessoa necessitada e seus familiares. (Ministério da Cidadania, 2015)

Nesta unidade são desenvolvidas atividades que permitam a convivência em grupo; cuidados pessoais; fortalecimento das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores familiares; acesso a outros serviços e a tecnologias que proporcionam autonomia e convivência. O Centro-Dia oferece atenção integral à pessoa com deficiência em situação de dependência durante o dia e, ao mesmo tempo, serve de apoio às famílias e aos cuidadores familiares na diminuição do estresse decorrente dos cuidados prolongados na família. É, portanto, uma alternativa coletiva de cuidados pessoais, complementar aos cuidados das famílias. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015)

Uma dessas ações é o Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, que visa promover a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e seus cuidadores que tiveram seus direitos violados e suas limitações agravadas, diminuindo assim essas barreiras através de ações que as tornem menos dependentes como ressocialização, transferência de renda, acompanhamento do acesso a serviços básicos como, por exemplo, acesso ao ambiente escolar para as pessoas com deficiência. A forma como o estado pretende alcançar essas metas está exposta da seguinte forma no portal do Ministério da Cidadania:

Para alcançar os objetivos, esse serviço desenvolve trabalho social realizado pela equipe composta por profissionais de diversas áreas, como assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais. São desenvolvidas atividades para promover a defesa de direitos; de convívio e organização da vida cotidiana; orientação e encaminhamento para a rede de serviços; cuidados pessoais; acesso à documentação pessoal; desenvolvimento do convívio familiar e social, entre outras. (MINISTÉRIO

DA CIDADANIA, 2019)

Além de apoios psicológicos o Estado provê o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que se trata de um apoio financeiro na quantia de um salário-mínimo para idosos e pessoas com deficiência, para ser beneficiado, de acordo com o Ministério da Cidadania, a pessoa deve ter impedimentos de longo prazo ou permanentes na realização de tarefas cotidianas que impeçam o exercício pleno de seus direitos, a constatação é feita por médicos e assistentes sociais pois o ministério acredita que a deficiência ocorre também devido a interação da deficiência com o meio ao qual ela está inserida pois este pode gerar as barreiras de inclusão destes indivíduos

A avaliação social é muito importante pois as pessoas com deficiência lidam não apenas com suas condições físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, mas também com a interação destas no contexto em que vivem. Assim, o olhar social amplia a visão médica para o requerente ou beneficiário do BPC. (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019)

O BPC tem uma extensão de suas atividades que busca garantir matrícula para os alunos com deficiência e capacitação de gestores em áreas como educação inclusiva e conhecimento a respeito dos direitos desses alunos para incluí-los no sistema educacional. Já a Lei 14.176 de 22 de Junho de 2021, conforta o indivíduo com deficiência que recebe o BPC e que ingressou em um emprego com remuneração inferior ou igual a dois salários-mínimos, que terá o BPC suspenso fornecendo em seu lugar o auxílio inclusão, porém esse último no valor de 50% do salário-mínimo, esse auxílio já era previsto na LBI e só foi implementado 6 anos após a sanção da mesma.

Logo, pode ser visto que os esforços para a inclusão e amparo das pessoas com deficiência vai além identificar suas deficiências, foca em saber quais aspectos da sociedade que causam barreiras para essas pessoas sejam elas quais forem, em casos nos quais o indivíduo não possui condições de se sustentar em decorrência de sua deficiência o apoio financeiro para evitar que a situação social dessas pessoas se agrave devido às dificuldades financeiras.

Sendo assim, é relevante entender como a acessibilidade principalmente no âmbito da educação pode contribuir para manter as pessoas com deficiências incluídas no ambiente e poderem se profissionalizar e se tornarem mais independentes.

3 ACESSIBILIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Esta seção é responsável por primeiramente discorrer sobre a acessibilidade e sua definição e suas dimensões; definição de tecnologia assistiva e sua funcionalidade para inclusão social; culminando em evidenciar as políticas que a Universidade Federal do Ceará vem implantando para promover acessibilidade e minimização ou eliminação de barreiras à inclusão.

3.1 Acessibilidade

Entender como a deficiência é percebida, compreender a importância da inclusão das pessoas que possuem alguma dessas deficiências e sabendo o número de pessoas que se encontram marginalizadas devido às barreiras que a sociedade impõe à vida destes cidadãos, se torna imprescindível entender que barreiras são essas.

Promover a acessibilidade, segundo Duarte(2004), consiste em facilitar o acesso e uso de ambientes, produtos e serviços por qualquer pessoa e em diferentes contextos. Oferecendo assim, serviços de apoio, adaptação, meios alternativos de informação, comunicação, mobilidade e manipulação.

A definição defendida em Sassaki (2009, p. 16), propõe que, a acessibilidade se feita sob ótica do desenho universal, conceito já definido na Lei N°10.098 (BRASIL, 2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, a definição apresentada para este termo diz que a concepção de espaços, instrumentos e produtos devem atender às necessidades de todas as pessoas tendo ou não alguma deficiência.

X - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de **tecnologia assistiva**(BRASIL, 2000).

Sendo assim, Sassaki(2009), divide a acessibilidade nas seis seguintes dimensões que juntas ajudam a proporcionar a inclusão social:

As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (SASSAKI, 2009, p. 10-16)

Sendo elencadas as seguintes ações para a promoção da eliminação das barreiras das seis dimensões de acessibilidade no âmbito da educação(Quadro 2):

Quadro 2 – Ações para eliminação de barreiras de acesso

Dimensões	Ações
Arquitetônica	Guias rebaixasadas na calçada defronte à entrada da escola, caminhos em superfície acessível por todo o espaço físico dentro da escola, portas largas em todas as salas e demais recintos, sanitários largos, torneiras acessíveis, boa iluminação, boa ventilação, correta localização de móveis e equipamentos etc. Implantação de amplos corredores com faixas indicativas de alto-contraste, elevadores, rampas no trajeto para o recinto da biblioteca e áreas de circulação dentro dos espaços internos desse recinto entre as prateleiras e estantes, as mesas e cadeiras e os equipamentos (máquinas que ampliam letras de livros, jornais e revistas, computadores etc.).
Comunicacional	Ensino de noções básicas da língua de sinais brasileira (Libras) para se comunicar com alunos surdos; ensino do braile e do sorobã para facilitar o aprendizado de alunos cegos; uso de letras em tamanho ampliado para facilitar a leitura para alunos com baixa visão; permissão para o uso de computadores de mesa e/ou notebooks para alunos com restrições motoras nas mãos; utilização de desenhos, fotos e figuras para facilitar a comunicação para alunos que tenham estilo visual de aprendizagem etc.
Programática	Revisão atenta de todos os programas, regulamentos, portarias e normas da escola, a fim de garantir a exclusão de barreiras invisíveis neles contidas que possam impedir ou dificultar a participação plena de todos os alunos, com ou sem deficiência, na vida escolar. Sem barreiras invisíveis nos regulamentos e normas para uso dos serviços e materiais disponíveis na biblioteca
Atitudinal	Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios.

(continuação)

Metodológica	Ensino e aplicação dos 15 estilos de aprendizagem; aprendizado e aplicação da teoria das inteligências múltiplas; utilização de materiais didáticos adequados às necessidades especiais etc. Todos os integrantes da comunidade escolar devem ser informados e capacitados a respeito da Teoria das Inteligências Múltiplas a fim de que a sua aplicação se torne uma prática comum em toda a escola. Professores e alunos têm, no uso das inteligências múltiplas, o fator sine qua non do sucesso do ensino e da aprendizagem.
Instrumental	Adaptação da forma como alguns alunos poderão usar o lápis, a caneta, a régua e todos os demais instrumentos de escrita, normalmente utilizados em sala de aula, na biblioteca, na secretaria administrativa, no serviço de reprografia, na lanchonete etc., na quadra de esportes etc

Fonte: SASSAKI(2009).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Mazzoni (2003, p.112), defende que a acessibilidade, principalmente a dimensão arquitetônica, deve ser analisada com cuidado, pois o fornecimento de acesso às pessoas com deficiência não deve ser garantido às custas de prejuízo aos demais indivíduos. Linha de pensamento está presente na teoria do ótimo de Pareto (1996) que afirma que a sociedade atinge seu máximo bem-estar quando não for mais possível a melhora da satisfação de um agente sem a piora da satisfação de outro.

A ABNT (9050/20), norma voltada para a acessibilidade, busca propiciar autonomia e independência para todo e qualquer indivíduo sem qualquer tipo de discriminação, seja ela etária, sexual, devido a estatura ou a pessoas com deficiência definindo acessibilidade da seguinte forma;

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT 9050/20).

Assim sendo, existe uma vertente teórica apoiada por alguns autores e governo para a promoção da inclusão social através da acessibilidade seja qual for a necessidade do indivíduo e como foi visto na Lei N° 10.098 a tecnologia assistiva pode ajudar de diversas formas na inclusão acadêmica pois abarca diversos aspectos dentro do ambiente universitário, sendo assim no tópico seguinte será

apresentado esta ferramenta de inclusão.

O quadro 3 mostra um levantamento de estudos que abordam o tema sobre acessibilidade de pessoas com deficiência no ensino superiores realizadas entre os anos 2008 e 2021.

Quadro 3-Estudos empíricos sobre acessibilidade em ambiente de ES.

Autores	Objetivos	Metodologia	Resultados
Diniz e Silva (2021).	analisar elementos que se constituem barreiras e/ou facilitadores que, sob a perspectiva de estudantes universitários com deficiências, se apresentam em suas trajetórias de formação acadêmica nas Universidades públicas de Mato Grosso do Sul, Brasil.	abordagem qualitativa do tipo descritiva exploratória, utilizando o grupo focal como técnica de pesquisa, como instrumento, foi utilizado um roteiro semiestruturado.	Os resultados identificaram que os estudantes com deficiências encontram importantes mecanismos facilitadores para sua permanência na Universidade, Além dos facilitadores, também foram identificadas barreiras presentes no cotidiano universitário dos estudantes com deficiências que dificultam e/ou impedem seu processo de inclusão na Educação Superior, como: arquitetônicas, urbanísticas, atitudinais, comunicacionais, de informação e pedagógicas
Pereira <i>et. al.</i> (2020).	identificar as características socioeconômicas e acadêmicas de alunos com deficiência da Universidade Federal do Pará (UFPA), suas dificuldades e sugestões de melhoramento das acessibilidades.	Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório, descritivo e inferencial para identificar associações e similaridades entre características básicas de determinados grupos de participantes. Utilizou-se o método transversal, cujos dados foram coletados em um recorte de tempo entre os meses de janeiro e julho de 2016.	Percebeu-se que algumas ações afirmativas efetivadas por parte da UFPA garantem a participação desses estudantes no contexto universitário, porém observou-se que o atendimento às normativas que regem as condições mínimas de acessibilidade não possibilitou a garantia plena da participação desse alunado no ambiente universitário, pois ainda existem barreiras na esfera arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental que prejudicam fortemente a inclusão desse público.

(continuação)

Autores	Objetivos	Metodologia	Resultados
Ciantelli e Leite (2016).	traçar um panorama das ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade em favor da participação das pessoas com deficiência nas IFES.	qualitativa, de caráter exploratório, descritivo, questionário aplicado aos coordenadores de diferentes IFES buscando coletar informações a respeito das ações para promoção de cessibilidade para alunos com deficiência.	O estudo concluiu que as ações para promoção de acessibilidade devem ocorrer em todas as dimensões de acessibilidade e essas iniciativas necessitam atualmente de maior investimento e o núcleo de acessibilidade deve ter um papel mais decisivo nas IFES
Castro e Almeida (2014).	identificar as ações e iniciativas de universidades públicas brasileiras quanto ao ingresso e permanência de pessoas com deficiência, a fim de verificar as barreiras e os facilitadores encontrados por esses estudantes no cotidiano do ensino superior.	Pesquisa de campo com coordenadores de serviço de apoio e alunos de diferentes universidades, utilizou de entrevista semiestruturada, documentos, observação direta informal e artefatos físicos	Observou que as IES carecem de investimentos em ações, em materiais adequados, em qualificação docente, em adequação arquitetônica, mas, principalmente, investimentos em ações que combatam atitudes inadequadas e preconceituosas.
Lamônica et. al. (2008).	identificar, descrever e mapear barreiras físicas no Campus da Universidade de São Paulo de Bauru e apresentar as intervenções realizadas, durante o período de outubro de 2001 a dezembro de 2005.	O estudo foi descritivo quantitativo, no qual a coleta de dados centrou-se na análise das condições arquitetônicas das três unidades que compõem o campus USP de Bauru.	A partir de 2001, de forma criteriosa, foi estabelecida uma relação de prioridades de áreas, considerando valores financeiros disponibilizados anualmente, áreas de maior fluxo de pedestres e de maiores atrações para a execução das intervenções externas: rebaixamento de guias, rampas de acesso, instalação de corrimão e guarda-corpo em escadas e rampas, vagas para estacionamento e centrais de atendimento ao surdo e aquisição de cadeiras de rodas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

3.2 Tecnologia assistiva

Visando garantir os direitos dos cidadãos com deficiência e sua igualdade perante os demais indivíduos da sociedade, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que em seu artigo terceiro expõe alguns termos que são considerados essenciais para a aplicação da lei, entre eles está classificada em seu inciso III a tecnologia assistiva da seguinte forma:

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social; (BRASIL, 2015).

Tendo isso em vista a Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006, em seu Art. 1 instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas(CAT), grupo esse formado por especialistas na área de acessibilidade e inclusão, tem as seguintes tarefas:

III - apresentar propostas de políticas governamentais e parcerias entre a sociedade civil e órgãos públicos referentes à área de ajudas técnicas;

IV - estruturar as diretrizes da área de conhecimento;

V - realizar levantamento dos recursos humanos que atualmente trabalham com o tema;

VI - detectar os centros regionais de referência em ajudas técnicas, objetivando a formação de rede nacional integrada;

VII - estimular nas esferas federal, estadual, municipal, a criação de centros de referência em ajudas técnicas;

VIII - propor a criação de cursos na área de ajudas técnicas, bem como o desenvolvimento de outras ações com o objetivo de formar recursos humanos qualificados na área; e

IX - propor a elaboração de estudos e pesquisas relacionados com o tema de ajudas técnicas; (BRASIL, 2006)

Já em 2007 o próprio CAT buscou formular um conceito de Tecnologia assistiva visando assim dar forma e informar a respeito dos aspectos que as instituições devem focar para superar barreiras de acessibilidade

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à

atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS, 2007).

Assim, pode-se perceber que o objetivo da Tecnologia assistiva é ajudar na inclusão dos indivíduos através da derrubada de barreiras que vem impedindo, como afirma (BERSCH, 2008, p. 2), esses indivíduos de atingirem maior independência, qualidade de vida e a inclusão social, a autora complementa afirmando que a TA atinge esses objetivos ampliando a comunicação, mobilidade, controle de ambiente, habilidades de aprendizado e trabalho.

Sendo assim, por ser uma ferramenta que busca ir além de superar somente as barreiras físicas, e por ser um conceito trabalhado por diversas áreas do conhecimento, a TA não se restringe somente a recursos em sala de aula, mas estende-se a todos os ambientes da escola, propiciando o acesso e a participação efetiva de todos os alunos e durante todo o tempo. Instituto de tecnologia social. (BERSCH, 2006),

Por esse motivo, visando guiar as aplicações da mesma de forma prática, Bersch (2006, p. 88), categoriza a Tecnologia Assistiva nos seguintes tópicos:

Os recursos que favorecem a comunicação; a adequação postural e mobilidade; o acesso independente ao computador; a escrita alternativa; o acesso diferenciado ao texto; os projetos arquitetônicos para acessibilidade; os utensílios variados que promovem independência em atividades como alimentação, vestuário e higiene; o mobiliário e material escolar modificado; são exemplos e modalidades da TA.

Pode-se assim, através do que os autores explanam, conceber a Tecnologia assistiva como uma poderosa ferramenta de acessibilidade e inclusão de pessoas em ambientes comuns, possibilitando assim o gozo completo de seus direitos como cidadão igual a qualquer outro indivíduo em sociedade.

3.3 Política da UFC em relação à acessibilidade

De acordo com a Universidade Federal do Ceará (UFC), a inclusão e acessibilidade são termos fundamentalmente interdependentes e que o segundo vai

muito além de proporcionar acesso físico, conforme se observa abaixo:

A acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica, dentre outras. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2021).

Logo, a Universidade, desde 2010, atua na conscientização de todos da comunidade universitária através da Secretaria de Acessibilidade, para conseguir a inclusão de pessoas com deficiência em todos os ambientes acadêmicos. A secretaria deixa claro em seu site, que seu papel é informar e prover auxílio aos diversos setores, pois cabe a cada um dos agentes ajudar na inclusão dessas pessoas.

Isso porque a tarefa de acolher pessoas com deficiência diz respeito a toda a sociedade, cabendo a unidade disseminar a cultura inclusiva e despertar na comunidade universitária o compromisso com o respeito aos direitos desse público. É por isso que a Secretaria também luta pela descentralização das iniciativas de acessibilidade, oferecendo suporte e orientação a professores, coordenadores, chefes de departamento, servidores técnico-administrativos e estudantes interessados em fazer sua parte nesse desafio (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE UFC, 2021)

Sendo assim, a secretaria elabora, oferece, estimula, identifica e promove, material de apoio, serviços especializados como intérpretes de libras, preparo para professores e funcionários, eventos para informar a comunidade acadêmica de forma geral como se portar como mostra o quadro 2 a seguir:

Quadro 4-Atuação da secretaria de acessibilidade UFC

Elabora...	...e gerencia ações de acessibilidade;
Oferece...	...suporte às unidades acadêmicas para a efetivação da acessibilidade na UFC;
Estimula...	... a inserção de conteúdos sobre acessibilidade nos projetos pedagógicos de cursos de graduação, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis ao tema;

Identifica...	...e acompanha os alunos com deficiência na UFC;
Identifica...	...metodologias de ensino que representam barreiras para os alunos com deficiência e propõe estratégias alternativas;
Estimula...	...o desenvolvimento de uma cultura inclusiva na Universidade;
Oferece...	...serviços de apoio a esse público, como digitalização e edição de textos acadêmicos, traduções e interpretações do par linguístico Libras/Português, apoio pedagógico a estudantes, apresenta recursos de tecnologias assistivas, entre outras ações;
Promove...	...a formação de recursos humanos em gestão de políticas relacionadas às pessoas com deficiência, qualificando-os para um atendimento adequado;
Promove...	...eventos para informar e sensibilizar a comunidade universitária;
Estimula...	...o desenvolvimento de pesquisas de Avaliação Pós-Ocupação nos prédios da UFC;
Estimula	...a acessibilidade em ambientes virtuais e nos produtos e eventos de comunicação e marketing;
Oferece...	...orientação e apoio pedagógico a coordenadores e professores, estabelecendo um canal de comunicação entre estes e os estudantes com deficiência.

Fonte: Secretaria de Acessibilidade (2021)

A secretaria de acessibilidade separa suas áreas de atuação em eixos, são eles atitudinal, tecnológico, pedagógico e comunicacional eixos esses denominados por Sassaki(2009) como dimensões de acessibilidade que neste caso são divididas em seis, sendo as dimensões arquitetônicas e programáticas não citadas nos eixos

de sua atuação. O quadro 5 mostra as dimensões que são abordadas nas quais os eixos de atuação da Secretaria de Acessibilidade/ UFC são balizados:

Quadro 5-Eixos de atuação da Secretaria de Acessibilidade/ UFC

Atitudinal	Inclusão é uma questão de atitude e de sensibilidade. É preciso ajudar a comunidade acadêmica a enfrentar o preconceito e incentivar mudanças de atitude, visando à remoção de barreiras que impedem a acessibilidade.
Tecnológico	Outro objetivo é incentivar pesquisas e ações em tecnologias assistivas, para o desenvolvimento de equipamentos, serviços e estratégias que permitam o acesso ao conhecimento com autonomia.
Pedagógico	Não basta fazer com que o estudante com deficiência ingresse na Universidade – é preciso oferecer condições para que ele tenha a mesma formação que os colegas. Por isso, a Secretaria também pensa ações que facilitem o ensino-aprendizagem, com alternativas de avaliação.
Comunicacional	Oferecer recursos, atividades e bens culturais que promovam independência e autonomia aos indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo proposto. Audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes.

Fonte: Secretaria de Acessibilidade (2021)

A Universidade Federal do Ceará busca incluir assim os estudantes e servidores com deficiência física, sensorial (visão e audição), intelectual ou múltipla; transtorno do espectro autista (TEA) ou com altas habilidades/superdotação. A secretaria de acessibilidade descreve as seguintes definições para cada categoria de Deficiência em seu portal (QUADRO 6), condizente com o decreto

Nº5296(BRASIL,2004).

Quadro 6 – Definição de cada categoria de deficiência.

Deficiência:	Definição:
A cegueira e a baixa visão	compõem a condição de deficiência visual. Aqueles com baixa visão se diferenciam dos cegos por apresentarem perda de campo visual e comprometimento na visão central ou periférica, mantendo preservada alguma percepção visual, em graus e especificidades variadas. As pessoas com baixa visão necessitam de lupas ou potentes recursos ópticos para ler. Atenção: quem usa óculos não se enquadra nesse público.
A condição de perda auditiva	engloba os surdos que não ouvem a voz humana, porém falam a língua de sinais (Libras, no Brasil), e aqueles que têm resíduos auditivos preservados. Estes, denominados deficientes auditivos, apresentam perda auditiva em variados graus, mas podem se beneficiar de próteses auditivas para o acesso à voz humana.
O Transtorno do Espectro Autista (TEA)	reúne aqueles que, em graus variados, apresentam comprometimento na comunicação, no comportamento e na socialização. As principais características deles são: tendência ao isolamento; dificuldade em manter uma conversa coerente, olhando no olho do outro; preferência por falar sobre assuntos de seus interesses específicos; dificuldade em expressar seus sentimentos e compreender os sentimentos e respostas sociais dos outros; resistência a mudanças no ambiente e na rotina; ter boa memória e parecerem ingênuos; perfeccionismo etc. Não obrigatoriamente apresentam deficiência cognitiva/intelectual.
AAltas Habilidades/Superdotação	se caracterizam pelo expressivo potencial de uma pessoa em várias áreas, isoladas ou combinadas, quais sejam: cognitiva/intelectual, acadêmica, psicomotora, artes etc. Esse público destaca-se ainda pela elevada criatividade, grande interesse e envolvimento na aprendizagem e na realização de atividades em áreas específicas de sua preferência.
E mais	Há, ainda, aqueles com mobilidade reduzida que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, têm, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente. São exemplos: idosos, obesos, gestantes, pessoas com gigantismo etc.

Fonte: Secretaria de acessibilidade (2021).

Os objetivos de inclusão que visam minimizar ou eliminar as barreiras de acessibilidade são alcançados dentro da UFC através de divisões dentro da universidade responsáveis por desempenhar serviços específicos estando enquadradas nos seus quatro eixos e cada uma desempenha seu papel (QUADRO 7).

Quadro 7 – Divisões de atuação para minimização de barreiras.

Divisão de Tradução e Interpretação Libras/Português:	– Interpretar eventos diversos na comunidade acadêmica; – Traduzir textos acadêmicos e produtos informacionais em Libras/Língua Portuguesa para pessoas surdas da comunidade universitária.
Divisão de Produção de Material Acessível:	– Edição e digitalização de materiais didáticos tornando-os acessíveis às pessoas com deficiência visual; – Disponibilização de material bibliográfico em Libras (textos, livros, vídeos, etc) para alunos surdos.
Divisão de Tecnologia Assistiva:	– Adequação de computadores em laboratórios ou setores de trabalho da UFC a fim de possibilitar que sejam acessados por pessoas com deficiência visual. – Elaboração de relatórios de avaliação de acessibilidade em sítios institucionais da UFC.
Divisão de Apoio Pedagógico e Formação para acessibilidade:	Presta apoio e dá orientações a professores que atuam junto aos alunos com deficiência; Acompanha o desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência, atendendo as suas necessidades específicas.
Agentes de Acessibilidade	-Contribuir para a implantação e expansão da política de acessibilidade nas unidades acadêmicas; -Identificar estudantes com deficiência e/ou com altas habilidades e suas necessidades pedagógicas; -Influir junto à direção da unidade acadêmica para a superação de barreiras de acessibilidade identificadas; -Favorecer a comunicação entre o estudante com deficiência e a coordenação do curso; -Dar suporte à Secretaria de Acessibilidade para a instalação de softwares acessíveis nos laboratórios e/ou equipamentos de tecnologia assistiva; -Propor e/ou desenvolver estudos, seminários, debates e pesquisas que forneçam subsídios em caráter propositivo para a formulação, elaboração e avaliação de políticas públicas de acessibilidade e inclusão.

Fonte: Secretaria de Acessibilidade (2021).

Eventos como a “Acessibilidade em Ação” e “Semana de Inclusão e Acessibilidade” buscam através de minicursos, oficinas, palestras, mesas redondas e/ou ciclos de debates, apresentação de trabalhos, “favorecer e incentivar discussões e aprofundamentos conceituais e práticos no que se refere ao tema Acessibilidade e seus diversos eixos, a saber: Comunicacional, Espacial/Arquitetônico, Pedagógico, Atitudinal e Tecnológico.” (SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE), para como a própria secretaria informa incluir os alunos e trazer a comunidade acadêmica para junto dessas pessoas para derrubar barreiras de acessibilidade.

A seguir, podem ser observados projetos ativos na Universidade Federal do Ceará que objetivam superar barreiras de acesso já antes apontadas por Sassaki (2009): a)Projeto Acessibilidade em Ação (se propõe a realizar atividades que permitam o aprofundamento e melhor fundamentação teórica sobre inclusão e Políticas de Acessibilidade da UFC. Para tanto, neste projeto, serão priorizados aspectos pedagógicos e comunicacionais).

b)Projeto Produção de Material Acessível no Contexto Universitário e(atua com as atividades de produção, tradução, edição, e/ou disseminação de materiais didático/pedagógicos/informacionais em formato acessível para pessoas com deficiência da comunidade acadêmica da UFC);

c)Projeto Libras em Palavras (promover uma relação acadêmico administrativa dos alunos surdos na universidade e atuarem nas atividades da Secretaria de Acessibilidade/UFC-Inclui).

Como a Secretaria de Acessibilidade presente na UFC segue a orientação do CAT em suas formas de lidar com a acessibilidade e inclusão de seus alunos, proporcionando a aproximação desses estudantes com os demais colegas, promovendo palestras de conscientização, especializando o corpo docente e os funcionários para lidar com esses alunos com deficiente, além de ter um agente de acessibilidade focado em ouvir e atender as necessidades dos alunos que precisam.

4 AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO

Nesta seção o foco é primeiramente a apresentação do conceito de satisfação presente na literatura e como motivados para atingir esta satisfação os indivíduos buscam junto às instituições criar medidas que eliminem as barreiras de acessibilidade. Em seguida é apresentado como Guerreiro (2011), encara o papel da satisfação para o desenvolvimento dos estudantes com deficiência, presentes em ambiente universitário.

4.1 Conceitos de satisfação

A economia do bem-estar tradicional teve o propósito de alcançar a eficiência econômica, ela considera o ótimo de Pareto como objetivo a ser alcançado, que seria o caso de um patamar no qual nenhum agente pode aumentar seus ganhos de utilidade pessoais sem acabar por causar perdas de satisfação a outros indivíduos (PARETO, 1996). Isto significa que para atingir este ponto, os indivíduos buscam de forma individual suprir suas necessidades pessoais, alheios ao que ocorre na sociedade ao seu redor. (PARETO, 1996).

Estes princípios não se viram livres de críticas, Sen(1999), através do que chama de abordagem de capacitações, busca ampliar esta visão de bem-estar, para Sen(1999, p. 36) a utilidade não é o único fator para avaliar o bem-estar individual pois ao agir o indivíduo leva em conta seu aspecto de agente, que para ele corresponde aos valores e cultura, e esses, aliados a interesses pessoais movem as atitudes de cada um, levando o indivíduo, ao contrário do que Pareto(1996) afirmava, ao perceber a sociedade ao seu redor pois essa pode e de fato influencia na maximização de seu bem-estar, pois cada pessoa tem uma visão de mundo baseada na vivência e experiências adquiridas durante a vida através da interação com o meio.

Dessa forma, de acordo com Mill (2000, p. 203), conforme citado em Dias (2014, p. 244), a interação entre indivíduo e sociedade é de suma importância para a maximização da felicidade.

Dessa forma, para fazer coincidir os interesses individuais com os coletivos e assim maximizar a felicidade de todos os agentes envolvidos em uma ação o ideal de utilidade recomenda os seguintes meios: a) que as leis e os dispositivos sociais deveriam colocar (através do estímulo da livre vontade) o interesse de cada indivíduo em harmonia com o interesse do todo b) que a educação e a opinião as quais são tão poderosas sobre o caráter humano deveriam ser direcionadas para estabelecer, no espírito de cada indivíduo, uma associação indissolúvel entre sua própria felicidade e o bem do todo.(DIAS, 2014, p. 244)

John Stuart Mill no livro, “Sobre a Liberdade” (MILL,2011, p. 58), também enfatiza a importância do indivíduo buscar o que ele considera de melhor para sua felicidade, sem prejudicar os demais agentes da sociedade. Entretanto, Sen(2010, p. 116-130) reconhece que as pessoas tendem a se adaptar a situações desfavoráveis para poder continuar enfrentando o cotidiano e por mais desagradável que seja buscam encontrar utilidade e felicidade na vida, acabam assim se satisfazendo com sua condição desfavorável para evitar frustrações.

Este estado de privação e conformidade está em consonância com o que Mill (2011, p. 62) afirma sobre como a falta de independência nas tomadas de decisões das pessoas, mostra que a análise isolada de indivíduo e sociedade acaba por perpetuar desigualdades sociais pois a análise da satisfação por mais que seja um pilar para analisar o bem-estar, pode estar medindo um grau de satisfação de pessoas sem perspectivas de melhoras das condições em que se encontram e ignorando que se barreiras à maximização não estivessem presentes na sociedade a utilidade poderia ser melhorada.

A utilidade em Varian (2006, 56 – 70), por sua vez, como não pode ser mensurada busca através da comparação de escolhas de cestas possíveis analisadas através de funções de utilidade, mensurar a satisfação de cada escolha de consumo tanto de bens e quanto de serviços sendo cada função destinada a um indivíduo, pois a atribuição de valores a cada uma das cestas é realizada de forma pessoal por todos os agentes.

Trazendo agora para o escopo deste trabalho, os indivíduos com deficiência estão presentes nesta sociedade livre e maximizadora de utilidade na qual se baseiam as teorias de Pareto(1996), Sen(1999), Mill(2011) e Varian(2006) dessa forma buscam maximizar suas utilidades como os demais indivíduos necessitando assim através de quebras de barreiras exercer sua liberdade, junto ao estado para

garantir seus direitos e informá-lo a respeito dos mesmos pois como Varian(2006) cada agente tem necessidades únicas e se torna satisfeito de forma distinta, precisando assim ser escutado para só então poder desenvolver de forma plena sua liberdade e assim maximizar seu bem-estar.

4.2 Abordagem de Guerreiro (2011) sobre satisfação da pessoa com deficiência em relação à acessibilidade

O conceito de satisfação apresentado em Guerreiro (2011) mostra a visão sobre o assunto indo além de desempenho em notas e se estendendo a um campo multidimensional pois abrange todas as interações que o indivíduo tem com o ambiente universitário, sendo essa a liga que mantém ou não o estudante dentro do ambiente acadêmico, mediando assim sua inclusão social.

Sendo assim, as medidas tomadas para essa inclusão devem abranger também todas essas dimensões de acessibilidade como visto, em Sasaki (2009), já apresentadas na seção 3.

Assim, as medidas devem contemplar o nível de satisfação do aluno, abrangendo tanto os aspectos da sua formação, quanto da qualidade da instrução, contato com professores e colegas, o currículo, a administração da universidade, suas instalações e seus recursos (GUERREIRO, 2011, p. 83).

Para a autora, ter como mensurar a satisfação a partir do ponto de vista dos alunos possibilita o entendimento, por parte dos professores e funcionários, da eficácia institucional e dá a possibilidade de planejamento e melhoramento das áreas de acessibilidade mais carentes, apontadas pelos próprios alunos que frequentam a universidade e que necessitam de assistência, tendo assim uma contribuição maior do público alvo dos serviços na construção de um ambiente mais inclusivo.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Nesta sessão, todos os aspectos metodológicos do presente estudo são apresentados passando pela tipologia para informar os métodos de pesquisa utilizados terminando por descrever como se sucedeu a coleta de dados.

5.1 Tipologia

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo e faz uso da estratégia de estudo de caso. Um estudo qualitativo tem o objetivo de entender o fenômeno social e coletar informações a respeito de agentes inseridos e diretamente ligados a essa causa (Godoy,1995).Logo, o estudo qualitativo, de acordo com Godoy(1995, p.21), pode ser conduzido através de alguns caminhos e entre eles está o estudo de caso, que foi o caminho escolhido para guiar esta pesquisa, pois, assim como Gil(2002, p. 55) explana, esse meio objetiva a identificação de fatores que afetam ou são afetados pelo objeto estudado.

Sendo assim, o estudo de caso se apresenta como uma ferramenta para jogar luz a questionamentos a respeito de fenômenos contemporâneos que fogem do controle do pesquisador, por se tratar de eventos que ocorrem na sociedade real (YIN, 2005).

5.2 Coleta e análise dos dados

O estudo fez uso de dados secundários no que se refere às informações sobre as características e quantidade de alunos com deficiência na FEAAC e primários coletados através das entrevistas realizadas com os alunos que se dispuseram a participar.

Os dados utilizados na pesquisa se dividem em dados secundários-quantitativos obtidos através do site da Secretaria de Acessibilidade da instituição, que fornece um censo de todos os alunos, inclusive detalhando quantos alunos, quais suas deficiências e o curso que esses estudantes com deficiência frequentam.

E os dados primários de caráter qualitativo, adquiridos através das entrevistas formuladas baseando-se na adaptação do instrumento de coleta de dados

desenvolvido por Guerreiro (2011), o Escala de Satisfação e Atitudes de Pessoas com Deficiência (ESA).

A entrevista foi dividida em 5 perguntas sendo a primeira focada em entender as expectativas que esses alunos tinham a respeito da acessibilidade antes de ingressar na IES, a segunda busca entender a visão que os alunos têm a respeito da infraestrutura do campus, a terceira por sua vez questiona a satisfação dos alunos com o acesso à informação e a comunicação, a penúltima questão abarca a satisfação no que se refere às condições de apoio a aula e realização de eventos da FEAAC(intérprete de Libras, leitor, materiais de apoio). Finalizando com a intenção de saber se os alunos com deficiência entendem as condições de acessibilidade com influenciadores do seu êxito acadêmico, em caso de afirmação positiva, quais os pontos que lhes afetam.

Por meio do Censo de estudantes com deficiência fornecido pela Secretaria de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará – UFC, foi possível detectar a quantidade, os tipos de deficiência e cursos dos alunos com deficiência matriculados na Universidade em geral e na FEAAC, foi feito contato com o agente de acessibilidade representante da unidade acadêmica. em questão, que primeiramente realizou o envio de um questionário quantitativo (ESA), em decorrência do baixo engajamento dos alunos, somente quatro, o agente entrou em contato com estes alunos para solicitar a permissão para o fornecimento de seus contatos para assim efetuar a participação destes na pesquisa de campo que foi realizada através de uma entrevista com cada um dos que se dispuseram a participar.

Após a obtenção do contato dos alunos que aceitaram participar da entrevista, foi enviado um e-mail com convite e foi combinado com o participante a melhor data e hora para a realização da entrevista, estas foram realizadas através de videochamada, visto que se fez inviável encontros presenciais devido às medidas de distanciamento sociais, que se fizeram necessárias nas datas agendadas, devido a pandemia causada pelo Covid-19.

Por este motivo a comprovação de consentimento dos alunos participantes foi realizada através de gravação da chamada, onde se foi perguntado se o aluno consentia com a gravação e utilização das informações obtidas, mantendo suas

identidades em total sigilo e deixando claro que a utilização do conteúdo seria somente de cunho acadêmico).

O tratamento e análise das informações foram feitos utilizando o software Atlas TI como ferramenta para uma melhor observação das informações.

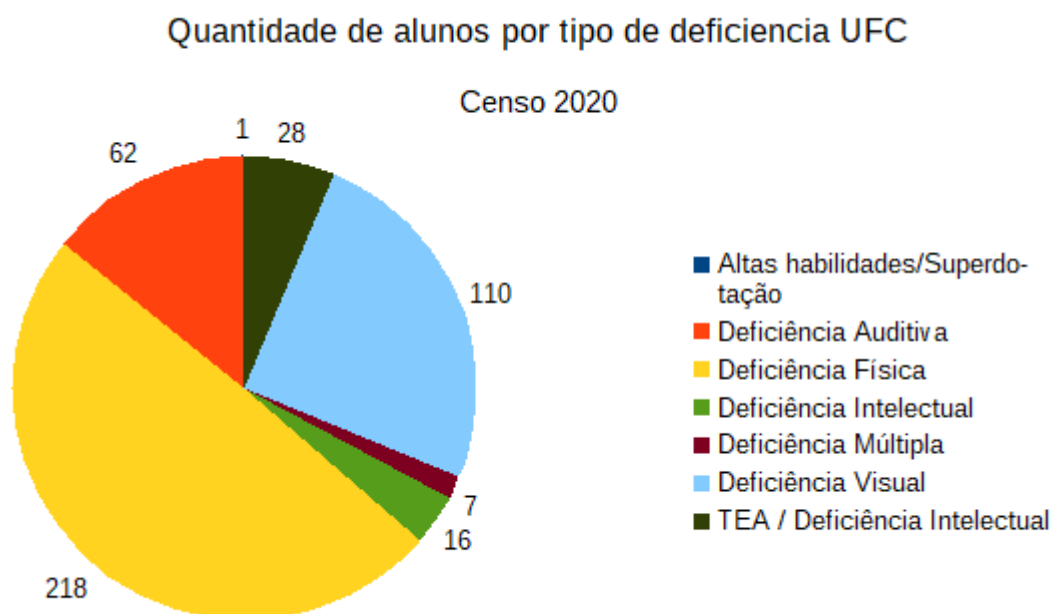
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentadas as características dos alunos com deficiência na Universidade Federal do Ceará, na FEAAC e a percepção da satisfação dos alunos com deficiência na FEAAC sobre acessibilidade.

6.1 Perfil dos alunos com deficiência FEAAC/UFC

Apesar de a Lei de cotas ter entrado em vigor em 2012, apenas quatro anos depois os alunos com deficiência foram incluídos nos grupos contemplados pelas reservas de vagas disponíveis nas Universidades Públicas. Nos Censos gerais realizados pela Universidade Federal do Ceará pode-se notar um considerável aumento do número de alunos passando de 88 alunos com algum tipo de deficiência no Censo de 2017 para 282 no censo do ano seguinte, os últimos números levantados apontam para 442 alunos.

Gráfico 1-Quantidade de alunos por tipo de deficiência na UFC



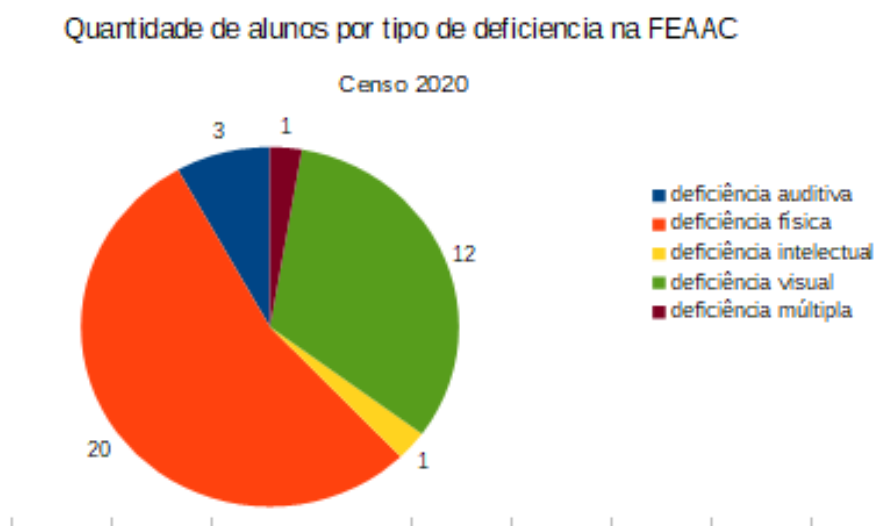
Fonte: Universidade Federal do Ceará(2020)

A deficiência física é a mais recorrente entre os alunos, contemplando praticamente metade das vagas ocupadas por estes alunos, seguido por deficiência visual e auditiva que preenchem respectivamente 24,89% e 14,03%. Baseado no

último dado fornecido a quantidade total de discentes gira em torno de trinta mil alunos, mostrando que esse grupo ocupa uma porcentagem mínima da população.

No caso da FEAAC, analisados os dados do Censo de estudantes com deficiência de 2020, revelam que o número de alunos com algum tipo de deficiência que estudam no campus é de 37 alunos, as categorias de deficiência em que foram agrupados são: deficiência auditiva, física, intelectual, visual e, por fim, deficiência múltipla (Gráfico 2).

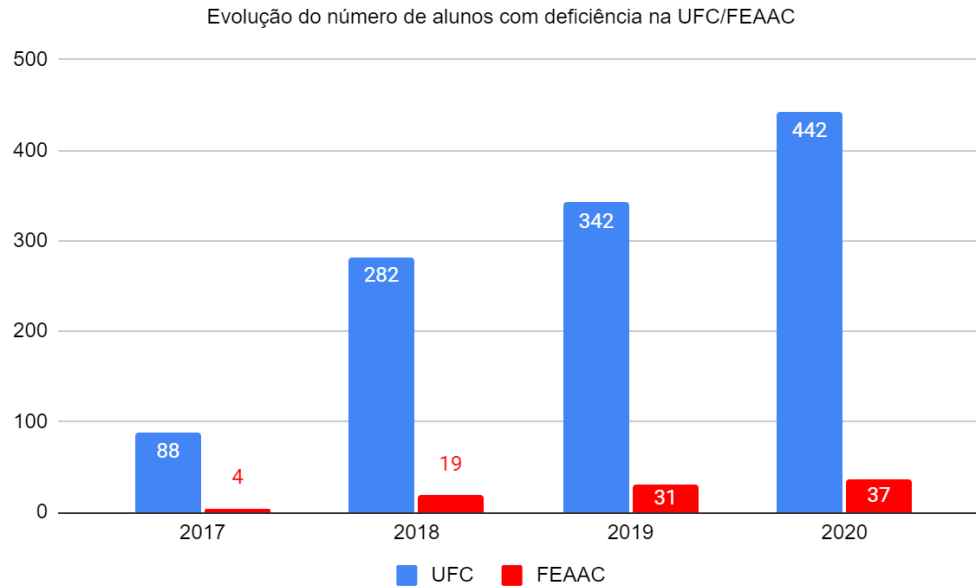
Gráfico 2 – Quantidade de alunos por tipo de deficiência na FEAAC



Fonte: Universidade Federal do Ceará(2020)

No gráfico 3, pode ser vista a quantidade de alunos que presentes na UFC e na FEAAC entre 2017 e 2020(último censo disponibilizado ate a conclusão deste trabalho), indicando uma crescente no ingresso desses alunos dentro da universidade e no campus da FEAAC que passou de 4 para 37 alunos com deficiência durante este período.

Gráfico 3 – Evolução do número de alunos com deficiência na UFC/FEAAC



Fonte: Universidade Federal do Ceará(2020)

Dos alunos com deficiência da FEAAC, somente quatro aceitaram ou responderam o convite para participar da pesquisa, sendo dois deles do curso de administração, um de Ciências contábeis e um do curso de Secretariado Executivo.

Quadro 8 – Perfil dos alunos com deficiência, participantes da pesquisa.

Nº	Sujeito	Gênero	Tipo de deficiência	Recursos utilizados
1	IDV1	Feminino	Deficiência física (paralisia cerebral)	-
2	IDV2	Feminino	deficiência visual (visão monocular)	-

(continuação)

3	IDV3	Masculino	Deficiência física(dificuldade de locomoção)	Muletas
4	IDV4	Feminino	Deficiência auditiva (perda de audição ouvido direito)	Implantando aparelho auditivo

Fonte: dados coletados em entrevista.(2021)

6.2 Satisfação dos alunos com deficiência da FEAAC em relação à acessibilidade

Nesta subseção tem se os resultados das entrevistas realizadas, considerando as dimensões de satisfação da acessibilidade adaptado da escala de Guerreiro(2011).

6.2.1 Expectativas

Dentre os de alunos participantes do estudo, somente um dos entrevistados possuía uma expectativa negativa (indivíduo 4, deficiência auditiva), pois como a própria aluna conta em suas experiências na escola e em uma outra instituição de ensino superior, a assistência para atender suas necessidades não era satisfatória tendo esse quadro mudado em seu ingresso na FEAAC.

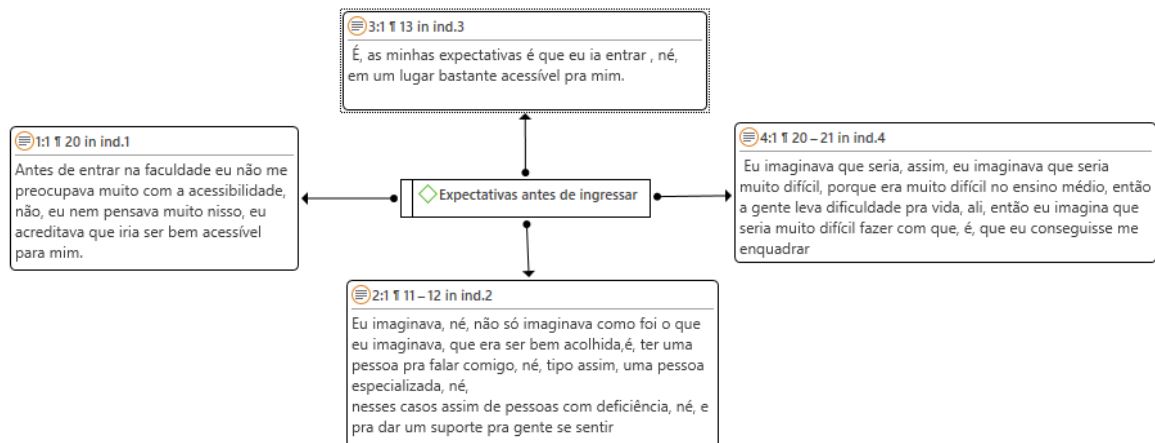
O ambiente escolar para proporcionar sua entrada ao nível superior de ensino eram prejudiciais, conforme seu relato:

quando eu comecei o processo de começar a estudar pra vestibular, eu possuía uma dificuldade muito grande com relação a aprendizagem, porque eu tenho muito problema com relação a minha concentração e paralelo a isso eu tenho um problema auditivo que me deixava muito prejudicada dentro da minha sala de aula. (IND.4)

Se estendendo a sua experiência em outra IES, em suas palavras:

...porque eu já cursei em outra universidade, só que universidade particular, mesmo curso, só que eu não conseguia ter suporte na universidade particular, mas eu consegui ter isso dentro da FEAAC. (IND.4)

Figura 1-Expectativas antes de ingressar na universidade



Fonte: Dados coletados da pesquisa (2022).

Já os demais indivíduos, esperavam encontrar na universidade um ambiente acolhedor e acessível que proporciona suporte para superar as barreiras encontradas tendo o indivíduo 1, que possui paralisia cerebral, afirmado que antes de entrar não havia se preocupado a respeito da acessibilidade:

Antes de entrar na faculdade eu não me preocupava muito com a acessibilidade, não, eu nem pensava muito nisso, eu acreditava que iria ser bem acessível para mim (IND. 1)

Pode-se levar em conta, como aponta Soares *et. al* (2014), que as experiências educacionais anteriores ao ingresso têm uma influência considerável nas expectativas iniciais dos estudantes e essa mesma expectativa implica na continuação do curso, pois como informa a autora se o aluno chegar na IES com expectativas muito altas e não as tiver correspondidas podem acabar por causar desistências acadêmicas.

6.2.2 Arquitetônica

Para entender como a dimensão arquitetônica (SASSAKI, 2009) é vista por

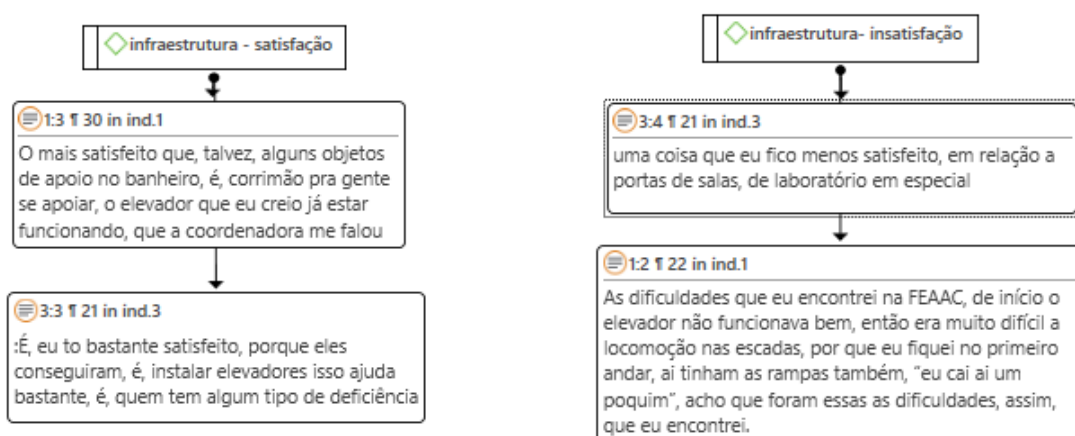
esses alunos, o segundo item da pesquisa tratou justamente de questionar como é a satisfação e o que os afeta mais no âmbito de infraestrutura. Os indivíduos 3 e 4, comunicaram que devido a pandemia causada pelo vírus do COVID-19 não tiveram a oportunidade de frequentar o campus tendo tido somente aulas online.

Eu não tive ainda, é, o prazer de conhecer as instalações, né, devido a pandemia, mais eu acredito que no segundo semestre seja possível ao menos fazer uma visita. (IND. 2,)

Eu não consigo te dizer, porque eu ainda não cheguei no espaço físico na FEAAC, estou no primeiro semestre ainda, online. (IND.4)

Para os dois alunos que tiveram como responder foram elencados pontos de satisfação e insatisfação, como ambos possuem deficiência física ambos apontaram a instalação de elevador no prédio da FEAAC como o ponto que os deixou mais satisfeitos, o indivíduo 1(paralisia cerebral) ainda diz que o banheiro possui boas aparelhagens como “corrimão” para apoio. Aparelhamentos esses evidenciados na análise de Lamônica et. al. (2008) a respeito da acessibilidade arquitetônica da USP de Bauru, como vitais para a inclusão e que vem sendo instalados nos últimos anos na FEAAC.

Figura 2 – Satisfação com infraestrutura.



Fonte: Dados coletados da pesquisa (2022).

No que se trata da insatisfação ambos citam as dificuldades causadas pela inexistência de rampas e elevadores como ponto de principal dificultador na acessibilidade o que dificultava muitas vezes até mesmo o deslocamento para a sala de aula:

É, assim que eu entrei na FEAAC, o primeiro obstáculo que eu pude perceber, foi em ter em relação as escadas e não ter, por exemplo, rampa, não ter elevador. (IND.3)

Um relato acrescentado pelo indivíduo 1 foi bem alarmante pois o estudante relatou que devido a falta de acessibilidade, anterior à instalação de elevadores, ocorreram cenários de queda causadas pela estrutura arquitetônica da faculdade, ademais a aluna fez questão de informar que não via isso como uma insatisfação podendo estar ligado ao pensamento de Sen (2010) a respeito da diminuição das exigências de algumas pessoas com situações desagradáveis para evitar frustrações.

As dificuldades que eu encontrei na FEAAC, de início o elevador não funcionava bem, então era muito difícil a locomoção nas escadas, por que eu fiquei no primeiro andar, ai tinham as rampas também, “eu cai ai um poquim”, acho que foram essas as dificuldades, assim, que eu encontrei. A dificuldade que eu tinha mesmo era, tipo subir escadas, só que eu não vejo isso como insatisfação.(IND. 1)

O indivíduo 3 informou sua insatisfação para com as portas de salas de aula e laboratórios que devido o aluno utilizar muletas para a locomoção acabam atrapalhando seu deslocamento.

menos satisfeito, em relação a portas de salas, de laboratório em especial,é, o que poderia ser feito pra substituir as portas, seria colocar portas de mais facilidade.(IND.3)

Vale destacar a barreira que a disposição dos prédios da unidade acadêmica causam, pois os alunos devem atravessar ruas para alcançar tanto a biblioteca quanto o restaurante universitário, causando problemas para os alunos com dificuldade de locomoção chegarem a estas instalações.

(ru) por mais que seja pertinho mais, tem que atravessar a rua ai eu preciso muito de ajuda. (BIBLIOTECA) quando eu preciso de algum livro tenho que

ir na FEAAC “nova”.(IND. 1)

Sendo assim, por mais que a metade dos alunos não tenha conseguido opinar a respeito, os dois indivíduos que puderam, possuem deficiência física e/ou motora e ambos citaram a instalação de elevador o ponto que mais lhes ajudará em termos de acessibilidade estrutural, tendo em vista que acidentes foram relatados na entrevista, esta implantação deverá melhorar, de acordo com eles, suas trajetórias na conclusão do curso.

6.2.3 Acesso à informação e comunicação

A dimensão comunicacional foi de forma unânime elogiada pelos entrevistados, tanto pelos alunos que chegaram a frequentar presencialmente a universidade quanto pelos alunos que só tiveram oportunidade de assistir às aulas online. Foi citado pelo indivíduo 3 a existência do agente de acessibilidade, que segundo ele se mostrou presente e sempre disponível a ajudar quando necessário.

É, em relação a comunicação eu não tenho nada que reclamar, é, eles possuem né, lá dentro a agente de acessibilidade e ela tá sempre pronta pra ajudar, pra me ajudar em qualquer coisa(IND.3)

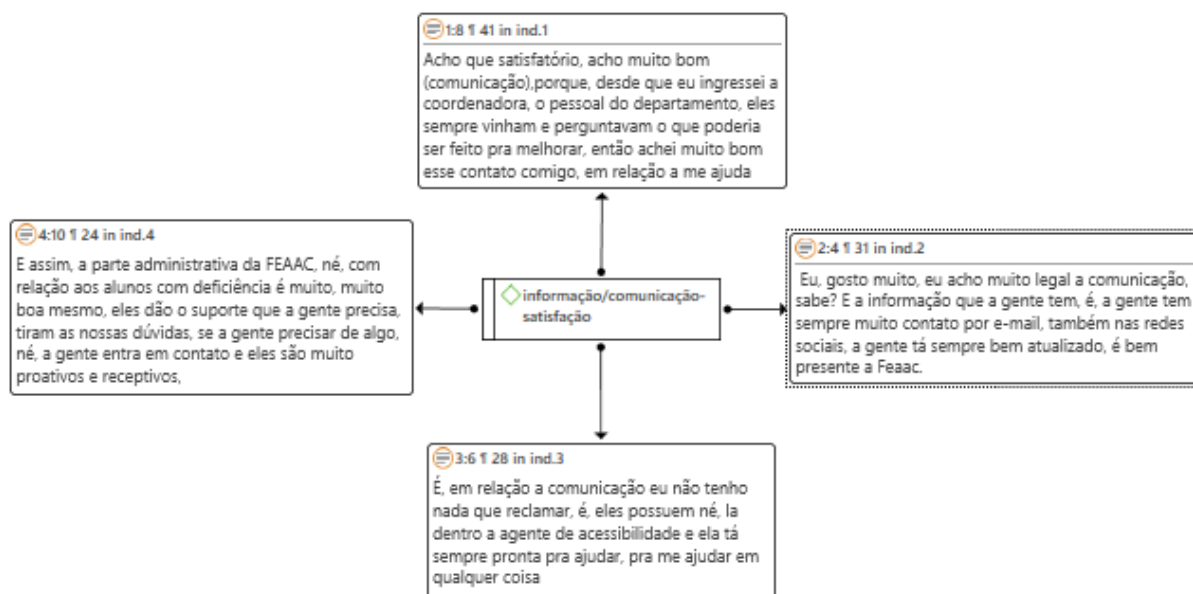
Fato interessante nos relatos dos alunos é a proatividade da faculdade tanto em ir procurar saber como estão os alunos,

Acho que satisfatório, acho muito bom (comunicação), porque, desde que eu ingressei a coordenadora, o pessoal do departamento, eles sempre vinham e perguntavam o que poderia ser feito pra melhorar, então achei muito bom esse contato comigo, em relação a me ajudar.(IND. 1)

Quanto prontamente responder os alunos e tentar solucionar os problemas reportados.

E assim, a parte administrativa da FEAAC, né, com relação aos alunos com deficiência é muito, muito boa mesmo, eles dão o suporte que a gente precisa, tiram as nossas dúvidas, se a gente precisar de algo, né, a gente entra em contato e eles são muito proativos e receptivos. (IND. 1)

Figura 3-Satisfação com comunicação/informação.



Fonte: Dados coletados da pesquisa (2022).

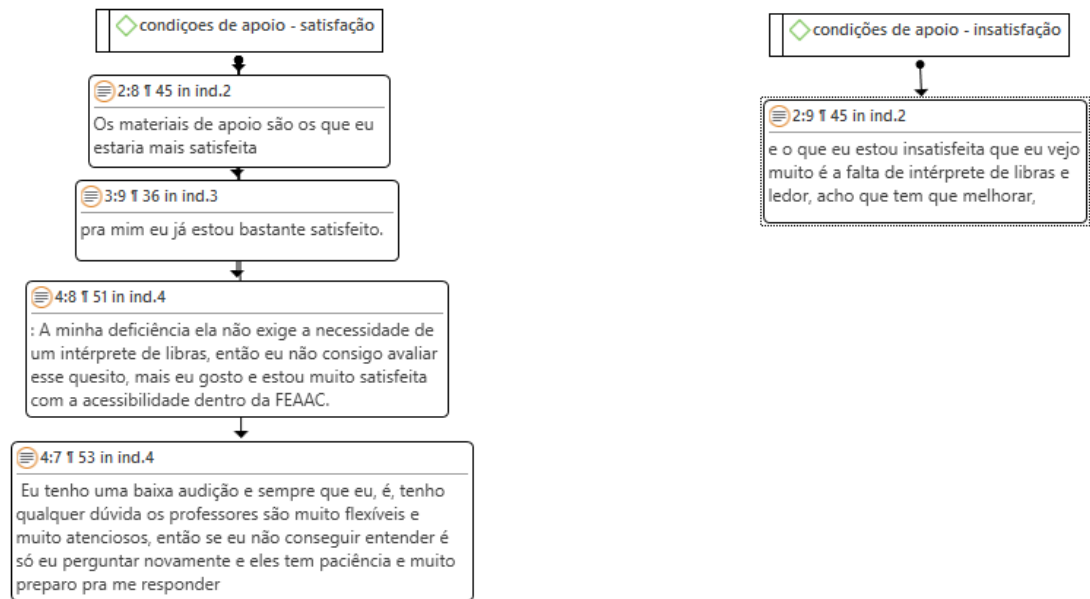
Um ponto relacionado a comunicação que foi levantado está relacionado com a interação com outros alunos, pois devido a sua deficiência precisava de ajuda para se deslocar dentro do campus e por muitas vezes não se sentia livre para fazê-lo causando problemas como atraso para chegar em sala de aula pois achava que poderia incomodar seus colegas.

ai eu sempre tenho que ficar pedindo ajuda, porque se eu for sozinha eu não consigo, já teve muito livro que eu “perdi” por vergonha pra não ficar “aperriando” ninguém porque a biblioteca fica na FEAAC “nova”, né, (IND. 1)

6.2.4 Condições de apoio a aula e eventos

O aspecto instrumental de acessibilidade foi o que apresentou menos feedback dos alunos entrevistados pois mesmo os alunos deficientes auditivos e visuais não necessitavam de ajuda direta de terceiros (intérprete de libras) para o pleno entendimento em sala de aula e palestras, nenhum dos alunos faz uso de materiais adaptados para o entendimento de livros e arquivos utilizados no curso acabando por não necessitar de ajuda neste quesito.

Figura 4 – Satisfação com apoio em aulas e eventos.



Fonte: Dados coletados da pesquisa (2022).

Existe uma questão que envolve incerteza pois o indivíduo 4 por somente ter aula online ainda não sabe como será seu entendimento a aula presencial “dentro da sala de aula, e assim, no remoto, eu sei que eu to conseguindo me sair muito bem, mas eu não sei como vai ser quando voltar no presencial.” (IND. 4).

Entretanto, fica claro a liberdade que os estudantes sentem em solicitar aos professores que repitam caso haja algum ponto não compreendido e os próprios professores se mostraram muito solícitos em ajudar na melhor compreensão e inserção destes alunos no ambiente de aula.

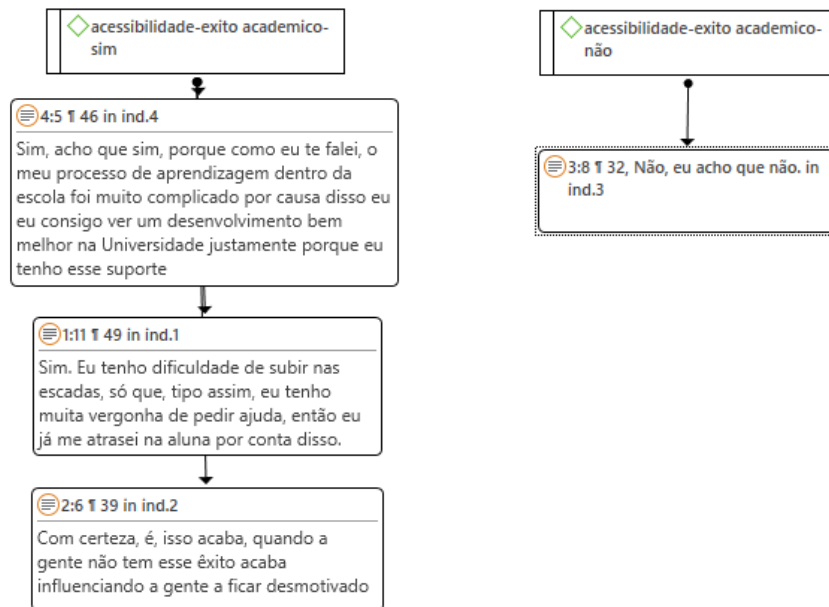
Eu tenho uma baixa audição e sempre que eu, é, tenho qualquer dúvida os professores são muito flexíveis e muito atenciosos, então se eu não conseguir entender é só eu perguntar novamente e eles tem paciência e muito preparo pra me responder. (IND. 4)

Os alunos entrevistados dentro do que lhes foi possível comentar indicaram que os esforços da secretaria de acessibilidade em preparar e aproximar os docentes a estes alunos, estão surtindo efeito, sendo necessária nesta dimensão de acessibilidade em específico um contato com alunos que de fato façam uso destes instrumentos de apoio, para saber se assim como em Castro e Almeida (2014) se faz necessário um maior investimento nesta dimensão de acessibilidade.

6.2.5 Relação das condições de acessibilidade e êxito acadêmico

Sendo expressas as opiniões dos alunos entrevistados a respeito de suas satisfações de como o ambiente universitário se apresenta para eles e quais barreiras eles mais sentem afetar seu cotidiano, vale entender também se essas dificuldades encontradas afetam, de acordo com eles, seu êxito acadêmico. Assim como foi observado em Diniz e Silva (2021).

Figura 5 – Influência da acessibilidade no êxito acadêmico.



Fonte: Dados coletados da pesquisa (2022).

A aluna que possui deficiência auditiva esclareceu que justamente por ter passado situações de desamparo em ambiente escolar que a fizeram pensar que ambiente de ensino superior não seria de acesso para ela, sendo assim por haver um suporte para suas dificuldades ela afirma que devido a isso consegue ver um ambiente bem melhor para seu êxito acadêmico.

Sim, acho que sim, porque como eu te falei, o meu processo de aprendizagem dentro da escola foi muito complicado por causa disso eu eu consigo ver um desenvolvimento bem melhor na Universidade justamente porque eu tenho esse suporte. Acessibilidade comunicacional. (IND.4)

O indivíduo 2 explicou que quando se deparou com essas barreiras e não foi possível contorná-las sozinho ou com o suporte de terceiros acabou por desmotivar

a permanecer no curso.

A aluna com paralisia cerebral além de informar que para ela seu êxito acadêmico depende da eliminação das barreiras, citou cenários que já ocorreram que mostram que em seu caso duas dimensões de acessibilidade a afetam. Devido sua condição física a aluna necessita de ajuda para carregar sua mochila para poder se locomover e principalmente subir escadas (dimensão estrutural), porém a sensação de incomodar o próximo a impede de pedir ajuda levando a sofrer quedas, atrasos e não adquirir material de estudo na biblioteca,

Sim. Eu tenho dificuldade de subir nas escadas, só que, tipo assim, eu tenho muita vergonha de pedir ajuda, então eu já me atrasei na aluna por conta disso.

Talvez, assim, eu não sei nem se é possível, mas às vezes eu me sinto muito presa pra pedir ajuda pras outras pessoas, tipo, colegas mesmo, alunos, professores, eu me sinto muito presa. (IND. 1)

pode indicar que a dimensão atitudinal de acessibilidade (SASSAKI, 2009, p. 10-16), afeta a aluna e agrava a acessibilidade arquitetônica pois a mesma ainda não se sente à vontade para pedir ajuda e acaba não recorrendo a colegas para superar a barreira.

Por fim, o indivíduo 3, diferente dos demais, não enxerga as barreiras arquitetônicas que o cercam e que por ele foram comentadas como influentes no seu desenvolvimento dentro da universidade e não se tornam um fator impeditivo para seu êxito acadêmico.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho pretendeu analisar a satisfação dos alunos com deficiência em relação à acessibilidade se valendo de um estudo de caso no campus FEAAC, para observar e expor as opiniões dos alunos com deficiência, a partir de entrevistas baseadas em um questionário previamente desenvolvido por Guerreiro(2011).

Para se atingir uma compreensão da satisfação dos alunos com deficiência que estudam na FEAAC, para com as diversas dimensões de acessibilidade, definiu-se cinco objetivos específicos. O primeiro tratou de verificar quais as expectativas dos alunos com relação a acessibilidade antes de entra na universidade e como eles imaginavam que seria seu convívio dentro do ambiente acadêmico, tendo somente um indivíduo da amostra se mostrado descrente ao que encontraria devido a experiências anteriores dentro da escola e em outra IES que já havia frequentado, os demais alunos tinham a esperança de encontrar um ambiente acolhedor ou até mesmo não haviam se preocupado em relação ao tema.

O segundo é analisar a satisfação dos alunos sobre a acessibilidade do ambiente arquitetônico da FEAAC. Verificou-se que os alunos com deficiência física são diretamente afetados por esta dimensão de acessibilidade, prejudicando seu deslocamento e acesso às salas de aula em andares superiores, a biblioteca, que se encontra em outro prédio e até mesmo ao restaurante universitário que para chegar no mesmo, a aluna precisa atravessar a rua. Cenários esses que chegaram a causar acidentes e em um dos casos se torna um possível fator para o abandono do curso, ademais, também foi citado que o campus vem tomando atitudes como aparelhamento em banheiros e a instalação de elevadores para minimizar essas barreiras para os estudantes.

Depois, analisar a acessibilidade comunicacional com os demais agentes dentro da Universidade. A análise permitiu concluir que esta foi a dimensão de acesso mais bem avaliada pelos alunos, com o agente de acessibilidade da FEAAC junto a coordenação os fatores que mais influenciaram na satisfação dos alunos. Todos os alunos da amostra frisaram que o suporte para sua necessidade ocorre

desde a preocupação da coordenação em perguntar suas necessidades, passando em um dos casos até a mudar uma das turmas para o andar térreo para assessorar o aluno com deficiência física, a proatividade da agente de acessibilidade em ajudar quando lhe é solicitado.

Em seguida, apresentar a satisfação com a metodologia e instrumentos oferecidos pela IES que devido a limitação da amostra os instrumentos não foram avaliados pelos estudantes pois nenhum deles faz uso, logo não tinham como comentar a respeito. Já a metodologia foi elogiada principalmente o comprometimento dos professores atendendo os pedidos dos alunos e quando preciso repetindo partes das aulas que não foram possíveis de serem acompanhadas, todavia, ainda foi para os alunos que não tiveram a oportunidade de assistir aulas presenciais se a qualidade do ensino se manterá em sala de aula.

Por fim, observar como afetam o êxito desses estudantes a conclusão do curso, este ponto acaba sendo o ponto para se culmina a satisfação dos alunos a respeito da acessibilidade pois é nele que três dos quatro alunos da amostra declararam que a existência de profissionais qualificados direcionados para ajudar a minimizar barreiras existente e as ações já realizadas como a instalação de elevadores contribui de forma direta para os alunos permanecerem dentro da Universidade.

Sendo assim, os alunos com deficiência se mostraram satisfeitos tanto com as iniciativas tomadas pela Universidade Federal do Ceará, lideradas pela Secretaria de acessibilidade, que atenderam às expectativas de acolhimento que esses estudantes possuíam anteriormente ao ingresso no ambiente acadêmico, como também a busca constante em mitigar e eliminar tudo que prejudica a plena inclusão acadêmica desses estudantes.

Em pesquisas futuras, pode-se buscar uma maior participação de alunos com deficiência para se tornar mais preciso ainda os pontos que estão defasados no âmbito de acessibilidade, visto que para este trabalho o número de alunos foi reduzido em decorrência do distanciamento social provocado pela pandemia da Covid-19. Uma abordagem que pode ser feita para ajudar a enriquecer a análise do tema seria um acompanhamento da satisfação com a acessibilidade durante toda a trajetória do estudante até a conclusão, para assim ter uma visão geral e não somente um recorte do momento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 4 ed. Brasília, 2020.

BRASIL. Secretaria especial dos Direitos Humanos. Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, Seção 2, p. 3. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/770696/pg-3-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-17-11-2006>>. Acesso em: 22 de jul. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência**. Brasília, DF, 2015. Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

BRASIL. **Lei nº 14.176**, de 22 de junho de 2021. Brasília, 2021. Estabelecer o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas. Brasília, DF, 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Brasília, DF, 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Brasília, DF, 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências..

BERSCH, R. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2008

BERSCH, R. Tecnologia assistiva e educação inclusiva. In: **Ensaio Pedagógicos**,

Brasília: SEESP/MEC, p. 89-94, 2006

CARVALHO, Heber. **Microeconomia facilitada**. São Paulo: Método, 2012.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amelia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 179-194, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382014000200003>.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 413-428, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382216000300008>.

CIDADANIA, Ministério da. **Benefício assistencial ao idoso e a pessoa com deficiência**. 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/bpc>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CLEMENTE FILHO, Antônio. Redução de diferenças - uma nova perspectiva. In: BRASIL. José Sarney. Ministério da Educação. **O resgate da educação especial**. Brasília: Mec, 1985. p. 1-24.

DIAS, M. C. L. C. . **A concepção de ética no utilitarismo de John Stuart Mill**. Discurso - Departamento de Filosofia da FFLCH DA USP , v. 44, p. 235-260, 2014.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DINIZ, Etienne Paula da Silva; SILVA, Aline Maira da. Perspectivas de Estudantes com Deficiências Sobre Facilitadores e Barreiras nas Universidades Públicas de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 27, n. , p. 0-0, jul. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0092>.

DUARTE, C; COHEN, R.. Acessibilidade aos Espaços do Ensino e Pesquisa: Desenho Universal na UFRJ - Possível ou Utopico? In: NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade, 2004, São Paulo. **Anais NUTAU 2004: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade**, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

GLAT, Rosana. **A integração Social dos Portadores de Deficiências**: uma reflexão. Rio de Janeiro: Sette Letra, 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior**: estudo de caso da ufscar. 2011. 226 f. Tese

(Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Especial, Ufscar, São Carlos, 2011.

HUNT, Paul . **Stigma**: the experience of disability. London: Geoffrey Chapman.1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin; ARAÚJO-FILHO, Pedro; SIMOMELLI, Simone Berriel Joaquim; CAETANO, Vera Lygia Santos Butignoli; REGINA, Márcia Regina Rodrigues; REGIANI, Denise Maria. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da usp de bauru. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 177-188, ago. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382008000200003>.

MAZZONI, Alberto Angel. **Deficiência x Participação**: Um desafio para as Universidades. Florianópolis, 2003. 245 p. Tese (DSc – Engenharia de Produção). Pós-graduação, Programa de Engenharia de Produção, UFSC, 2003.

MILL, John Stuart. **On Liberty, The Subjection of Women and Chapters on Socialism**. Edited by Stefan Collini. Cambridge: Cambridge Texts in the History of Political Thought, 2005.

MILL, John Stuart. **Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011

CIDADANIA, Ministério da (org.). **Centro-Dia de referencia**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-dia>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PARETO, V. **Manual de Economia Política**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1906].

PEREIRA, Rosamaria Reo; FACIOLA, Rosana Assef; PONTES, Fernando Augusto Ramos; RAMOS, Maély Ferreira Holanda; SILVA, Simone Souza da Costa. Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: dificuldades e sugestões de melhoramento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.L.], v. 26, n. 3, p. 387-402, jul. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0087>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr., p.10-16, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: Wav, 2006.

SEN, A. K. **Sobre ética e economia**. Tradução: Laura Teixeira Motta. Revisão: Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

SEN, A. K. **A Ideia de Justiça**. Coimbra, Ed. Almedina, 2010.

SOARES, Adriana Benevides *et al.* O impacto das expectativas na adaptação acadêmica dos estudantes no Ensino Superior. **Psico-USF**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 49-60, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-82712014000100006>.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa, **Caderno CRH**, n.39, p.11-24. 2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 8, p. 20-45, jul. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Conceito de Acessibilidade**. 2022. Disponível em: <https://www.ufc.br/acessibilidade/conceito-de-acessibilidade/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Secretaria de Acessibilidade. **Censo de Estudantes com Deficiência**. 2021. Disponível em: <https://acessibilidade.ufc.br/pt/censo/>. Acesso em: 20 set. 2021.

VARIAN, Hal R.. **Microeconomia**: princípios básicos. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

1. Quais as suas expectativas antes de entrar na universidade em relação à acessibilidade? Na FEAAC, como definiria as condições de acessibilidade encontradas? Quais as principais dificuldades/barreiras encontradas?
2. No âmbito de infraestrutura da FEAAC, que itens você estaria mais satisfeito e menos satisfeito em relação às condições de acessibilidade? Comentar o que poderia ser feito para melhorar seu grau de satisfação.
3. Com relação a satisfação ao acesso à informação e comunicação para pessoas com deficiência na FEAAC, em quais aspectos você considera satisfatórios e insatisfatórios? tem sugestões para melhorar as condições atuais?
4. No que se refere às condições de apoio a aula e realização de eventos da FEAAC(interprete de libras, leitor, materiais de apoio), que itens você estaria mais satisfeito e menos satisfeito em relação às condições de acessibilidade? comentar o que poderia ser feito para melhorar seu grau de satisfação.
5. Você acha que seu êxito acadêmico estaria influenciado pela sua satisfação em relação às condições de acessibilidade? qual aspecto da acessibilidade influencia mais em seu êxito acadêmico?